

Normativa	Característica	Assunto
Decreto-Lei 1413/1975	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Lei Federal 6803/1980	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.
Lei Federal 6938/1981	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 18/1986	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE
Resolução CONAMA 5/1989	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR
Resolução CONAMA 491/2018	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar
Resolução CONAMA 8/1990	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição
Resolução CONAMA 8/1993	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece os Limites Máximos de Emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados
Lei Federal 8723/1993	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências
Resolução CONAMA 16/1993	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para as especificações, fabricação, comercialização, e distribuição de novos combustíveis, e dá outras providências
Resolução CONAMA 16/1995	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre os limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados
Resolução CONAMA 418/2009	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso
Resolução CONAMA 226/1997	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores
Lei Federal 9503/1997	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Institui o Código Brasileiro de Trânsito
Lei Federal 9605/1998	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Resolução RE ANVISA 176/2000	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Publica Orientação Técnica sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo
Resolução CONAMA 297/2002	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece os limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos
Resolução CONAMA 315/2002	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Dispõe sobre a nova etapa do Programa de Controle de Emissões Veiculares – PROCONVE.
Resolução CONAMA 342/2003	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece novos limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, em observância à Resolução nº 297, de 26 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 382/2006	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas
Resolução CONAMA 432/2011	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados à Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica	Estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, e dá outras providências
Lei Estadual 997/1976	Legislação Estadual	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
Decreto Estadual 8468/1976	Legislação Estadual	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
Decreto Estadual 59113/2013	Legislação Estadual	Estabelece novos padrões de qualidade do ar e dá providências correlatas
Lei Municipal Complementar 817/2013	Legislação Municipal	Dispõe sobre o controle ambiental no Município de Santos, as respectivas infrações e sanções administrativas e dá outras providências
Portaria MS 3523/1998	Portarias Ministeriais	Aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados
ABNT NBR 12979/1993	Normas Técnicas	Atmosfera - Determinação da concentração de dióxido de enxofre, pelo método do peróxido de hidrogênio - Método de ensaio
ABNT NBR 13157/1994	Normas Técnicas	Atmosfera - Determinação da concentração de monóxido de carbono por espectrofotometria de infravermelho não-dispersivo - Método de ensaio
ABNT NBR 13158/1994	Normas Técnicas	Avaliação de agentes químicos no ar - Coleta de fibras respiráveis inorgânicas em suspensão no ar e análise por microscopia óptica de contraste de fase - Método do filtro de membrana - Método de ensaio
ABNT NBR 13412/1995	Normas Técnicas	Material particulado em suspensão na atmosfera - Determinação da concentração de partículas inaláveis pelo método do amostrador de grande volume acoplado a um separador inercial de partículas - Método de ensaio
ABNT NBR 9547/1997	Normas Técnicas	Material particulado em suspensão no ar ambiente - Determinação da concentração total pelo método do amostrador de grande volume
ABNT NBR 16.401-3/2008	Normas Técnicas	Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior
ABNT NBR ISO 14066/2012	Normas Técnicas	Gases de efeito estufa — Requisitos de competência para equipes de validação e equipes de verificação de gases de efeito estufa
ABNT NBR 15634/2012	Normas Técnicas	Veículos rodoviários automotores — Análise e determinação do gás de exaustão segundo os ciclos ETC, ESC e ELR
ANSI/ASHRAE 62.1/2013	Normas Técnicas	Ventilation for acceptable indoor air quality
ABNT NBR ISO 14065/2015	Normas Técnicas	Gases de efeito estufa - Requisitos para organismos de validação e verificação de gases de efeito estufa para uso em acreditação e outras formas de reconhecimento
ABNT ISO/TS 14067/2015	Normas Técnicas	Gases de efeito estufa — Pegada de carbono de produtos — Requisitos e orientações sobre quantificação e comunicação
ABNT ISO/TR 14069/2015	Normas Técnicas	Gases de efeito estufa - Quantificação e elaboração de relatórios de emissões de gases de efeito estufa para as organizações - Orientação para a aplicação da ABNT NBR ISO 14064-1
Lei Federal 9433/1997	Água e Efluentes	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Resolução CONAMA 357/2005	Água e Efluentes	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 430/2011	Água e Efluentes	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA 345/2002	Água e Efluentes	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Técnico para a Autorização de Funcionamento de empresas interessadas em prestar serviços de interesse da saúde pública, em veículos terrestres, que operem transportes coletivos internacionais de passageiros, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados
Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA 72/2009	Água e Efluentes	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitarem.
Lei Federal 5197/1967	Biota Aquática	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA 146/2007	Biota Aquática	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Instrução Normativa MMA 5/2004	Biota Aquática	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências
Instrução Normativa MMA 52/2004	Biota Aquática	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Portaria MMA 445/2014	Biota Aquática	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Lei Federal 6938/1981	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Federal 7661/1998	Gestão Ambiental	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
Lei Federal 9605/1998	Gestão Ambiental	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei Federal 9966/2000	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei Federal 12815/2013	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários
Lei Complementar Federal 140/2011	Gestão Ambiental	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Decreto Federal 4136/2002	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Decreto Federal 8033/2013	Gestão Ambiental	Regulamenta o disposto na Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.
Decreto Federal 8127/2013	Gestão Ambiental	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional
Decreto Federal 4871/2003	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências
Resolução CONAMA 1/1986	Gestão Ambiental	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental
Resolução CONAMA 237/1997	Gestão Ambiental	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental
Resolução ANTAQ 2650/2012	Gestão Ambiental	Aprova os instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias
ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR) 10151/2000	Poluição Sonora	Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento
ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR) 10152/1992	Poluição Sonora	Níveis de ruído para conforto acústico
Resolução CONAMA 1/1990	Poluição Sonora	Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.
Resolução CONAMA 2/1990	Poluição Sonora	Institui em caráter nacional o programa Nacional - Educação e Controle da Poluição Sonora
Lei Municipal - Santos/SP 3531/1968	Poluição Sonora	Institui o Código de Posturas do Município de Santos e dá outras providências.
Lei Complementar - Município de Guarujá 44/97/1997	Poluição Sonora	Institui o Código de Posturas do Município de Guarujá
Lei Federal 6938/81/1981	Poluição Sonora	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente
Instrução Normativa 10/2013	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA, nos termos desta Instrução Normativa.
Instrução Normativa 13/2012	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Lista Brasileira de Resíduos Sólidos.
Decreto Federal 7404/2010	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Regulamenta a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
Lei Federal 12305/2010	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto Federal 7217/2010	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Regulamenta a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
Decreto Federal 6514/2008	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Lei Federal 11445/2007	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
Lei Federal 9966/2000	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei Federal 9605/1998	Instrumentos Legais e Normativos Relacionados a Resíduos Sólidos	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Resolução SMA 115/2013	Legislação Estadual	Trata do estabelecimento de programas de responsabilidade pós-consumo para os medicamentos domiciliares, vencidos ou em desuso.
Lei 12300/2006	Legislação Estadual	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
Resolução SMA 39/2004	Legislação Estadual	Regulamenta a disposição de material dragado em águas jurisdicionais brasileiras.
Decreto Estadual 8468/1976	Legislação Estadual	Aprova o Regulamento da Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
Lei Estadual 997/1976	Legislação Estadual	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
Resolução SMA 75/2008	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Dispõe sobre licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de Classes II A e II B, classificados segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10.004, e dá outras providências.
NBR 10004/2004	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.
NBR 10005/2004	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Fixa os requisitos exigíveis para a obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos, visando diferenciar os resíduos classificados pela ABNT NBR 10004 como Classe I – perigosos – e Classe II – não perigosos.
NBR 10006/2004	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Fixa os requisitos exigíveis para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos, visando diferenciar os resíduos classificados na ABNT NBR 10004 como Classe II A – não inertes – e Classe II B – inertes.
NBR 10007/2004	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Fixa os requisitos exigíveis para amostragem de resíduos sólidos.
NBR 12980/1993	Legislação Específica - Resíduos Sólidos Urbanos	Define termos utilizados na coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.
NBR 14652/2013	Serviços de Saúde	Estabelece os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos de serviço de saúde. NOTA: Os resíduos de serviços de saúde são classificados conforme as Resoluções ANVISA 306/04 e CONAMA 358/05.
Resolução SMA 103/2012	Serviços de Saúde	Dispõe sobre a fiscalização do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
NBR 15.911-3/2010	Serviços de Saúde	Especifica as dimensões, volumes e capacidades de carga para o contentor móvel de plástico de quatro rodas, com capacidade de 660 l, 770 l e 1 000 l destinado ao acondicionamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de saúde (RSS).

NBR 15.911-2/2010	Serviços de Saúde	Especifica as dimensões, volumes e capacidades de carga para o contendor móvel de plástico de duas rodas, com capacidade de 120 l, 240 l e 360 l, destinado ao acondicionamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de saúde (RSS).
Portaria CVS 21/2008	Serviços de Saúde	Norma Técnica sobre Gerenciamento de Resíduos Perigosos de Medicamentos em Serviços de Saúde.
RDC 56/2008	Serviços de Saúde	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados.
Resolução CONAMA 358/2005	Serviços de Saúde	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
Resolução da Diretoria Colegiada 306/2004	Serviços de Saúde	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC 1/1998	Serviços de Saúde	Aprova as Diretrizes Básicas e Regulamento Técnico para apresentação e aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.
NBR 13853/1997	Serviços de Saúde	Fixa as características de coletores destinados ao descarte de resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes, tipo A.4, conforme a NBR 12808.
NBR 12809/1993	Serviços de Saúde	Fixa os procedimentos exigíveis para garantir condições de higiene e segurança no processamento interno de resíduos infectantes, especiais e comuns nos saúde.
NBR 12810/1993	Serviços de Saúde	Fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança.
NBR 12808/1993	Serviços de Saúde	Classifica os RSSS quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública para que tenham gerenciamento adequado.
NBR 12807/1993	Serviços de Saúde	Resíduos de Serviços de Saúde – Define termos empregados em relação aos RSS.
Resolução CONAMA 6/1991	Serviços de Saúde	Dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.
Lei Federal 6437/1977	Serviços de Saúde	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 452/2012	Resíduos Industriais	Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
NBR 8371/2005	Resíduos Industriais	Descreve os ascaréis para transformadores e capacitores, suas características e riscos, e estabelece orientações para seu manuseio, acondicionamento, rotulagem, armazenamento, transporte, procedimentos para equipamentos em operação e destinação final.
Resolução CONAMA 313/2002	Resíduos Industriais	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
NBR 13741/1996	Resíduos Industriais	Fixa condições exigíveis para a destinação de bifenilas policloradas (PCB's) e resíduos contaminados com PCB's.
NBR 12235/1992	Resíduos Industriais	Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
NBR 11174/1990	Resíduos Industriais	Fixa as condições exigíveis para obtenção das condições mínimas necessárias ao armazenamento de resíduos Classes II – não inertes e III – inertes, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
Resolução CONAMA 454/2012	Serviços de Transporte	Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.
Portaria MMA 424/2011	Serviços de Transporte	Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003.
Resolução ANTAQ 2190/2011	Serviços de Transporte	Aprova a Norma para disciplinar a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações
NBR 13221/2010	Serviços de Transporte	Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública. Esta Norma se aplica ao transporte terrestre de resíduos perigosos, conforme classificados no Anexo da Resolução no 420 da ANTT, inclusive aqueles materiais que possam ser reaproveitados, reciclados e/ou reprocessados. Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a minimizar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública; conforme classificados nas instruções complementares do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (RTPP) aprovado pelo Decreto 96.044, inclusive aqueles que possam ser reaproveitados, reciclados e/ou reprocessados, e os provenientes de acidentes. Pode ser aplicada também aos resíduos perigosos segundo a definição da Convenção da Basileia (Decreto 875/1993 e Resolução CONAMA 23/1996).
Resolução-RDC 72/2009	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.
Resolução CONAMA 416/2009	Serviços de Transporte	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.
NBR 14619/2009	Serviços de Transporte	Estabelece os critérios de incompatibilidade química a serem considerados no transporte terrestre de produtos perigosos. Os critérios definidos nesta Norma são aplicáveis a cargas fracionadas e a granel de produtos e de resíduos perigosos, mesmo em se tratando de quantidade limitada por veículo, numa mesma unidade de transporte e durante o eventual armazenamento temporário no decorrer do transporte. É aplicável ao armazenamento temporário no decorrer do transporte, caso não seja possível garantir que os produtos perigosos incompatíveis estejam armazenados de tal forma que, no caso de um vazamento, não ofereçam risco. Não se aplica ao transporte de produtos da Classe 7 (radioativos).
RDC 56/2008	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados.
Resolução CONAMA 398/2008	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do plano de Emergência individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.
NBR 7500/2004	Serviços de Transporte	Estabelece a simbologia convencional e o seu dimensionamento para identificar produtos perigosos, a ser aplicada nas unidades de transporte e nas embalagens/volumes, a fim de indicar os riscos e os cuidados a serem tomados no transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento
Resolução SMA 39/2004	Serviços de Transporte	Estabelecer as diretrizes gerais à caracterização do material a ser dragado para o gerenciamento de sua disposição em solo.
Resolução RDC 351/2002	Serviços de Transporte	Para fins da Gestão de Resíduos Sólidos em Portos, Aeroportos e Fronteiras define-se como de risco sanitário as áreas endêmicas e epidêmicas de Cólera e as com evidência de circulação do Vibrio cholerae patogênico. Para fins de efeito de vigilância e monitoramento sanitário nacional e internacional são classificados para efeito de manejo, tratamento e disposição final, como resíduos sólidos que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente devido a presença de agentes biológicos – Grupo A, aqueles provenientes de meios de transporte – aquaviários, terrestres e aéreos – oriundos dos Estados Brasileiros e Países que possuam casos de cólera, com anormalidades clínicas, óbitos a bordo e dos serviços de saúde de bordo.
Resolução RDC 341/2002	Serviços de Transporte	Estabelece o prazo até 30 de junho de 2003, para que os Portos de Controle Sanitário apresentem o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
Lei Federal 9966/2000	Serviços de Transporte	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Decreto Federal 2508/1998	Serviços de Transporte	Promulga o Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973, seu Protocolo, concluído em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.

NBR 8843/1996	Serviços de Transporte	Estabelece procedimentos adequados ao gerenciamento dos resíduos sólidos e as alternativas que podem ser usadas em casos de emergência, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.
Resolução CONAMA 5/1993	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais Ferroviários e rodoviários
Decreto Federal 875/1993	Serviços de Transporte	Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
Resolução CONAMA 6/1991	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.
Resolução CONAMA 2/1991	Serviços de Transporte	Dispõe sobre o tratamento a ser dado às cargas deterioradas, contaminadas ou fora de especificações.
Decreto Federal 87566/1982	Serviços de Transporte	Promulga o texto da convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Aljamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.
Decreto Federal 83540/1979	Serviços de Transporte	Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.
Decreto Federal 79437/1977	Serviços de Transporte	Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por óleo, 1969.
Resolução CONAMA 348/2004	Construção Civil	Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
NBR 15112/2004	Construção Civil	Fixa os requisitos exigíveis para projeto, implantação e operação de áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos.
NBR 15113/2004	Construção Civil	Fixa os requisitos mínimos exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos sólidos da construção civil Classe A e de resíduos inertes.
NBR 15114/2004	Construção Civil	Fixa os requisitos mínimos exigíveis para projeto, implantação e operação de áreas de reciclagem de resíduos sólidos da construção civil Classe A.
Resolução CONAMA 307/2002	Construção Civil	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Lei Federal 12341/2010	Resíduos Agrossilvopastoris	Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nos 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.
Lei Federal 7889/1989	Resíduos Agrossilvopastoris	Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
Resolução SMA 88/2013	Catadores	Institui o Cadastro de Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis, no âmbito do Estado de São Paulo.
Decreto Federal 5940/2006	Catadores	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 275/2001	Catadores	Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
Lei Estadual 14186/2010	Óleo Lubrificante	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e dá outras providências correlatas.
Resolução ANP 20/2009	Óleo Lubrificante	Atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado e a sua regulação.
Portaria Interministerial 464/2007	Óleo Lubrificante	Dispõe que os produtores e os importadores de óleo lubrificante acabado são responsáveis pela coleta de todo óleo lubrificante usado ou contaminado, ou alternativamente, pelo correspondente custeio da coleta efetivamente realizada, bem como sua destinação final de forma adequada.
Resolução CONAMA 362/2005	Óleo Lubrificante	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
Decreto Federal 4136/2002	Óleo Lubrificante	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Lei Federal 9966/2000	Óleo Lubrificante	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei Estadual 13576/2009	Resíduos Eletrônicos	Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico.
Instrução Normativa 1/2013	Resíduos Perigosos	Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os Procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.
Lei Estadual 12288/2006	Resíduos Perigosos	Dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá providências correlatas
Decreto Federal 395/2009	Vigilância Sanitária e Saúde	Regulamento Sanitário Internacional
Decreto Federal 4074/2002	Vigilância Sanitária e Saúde	Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
Instrução Normativa Ibama 141/2006	Vigilância Sanitária e Saúde	Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva
Lei Federal 9605/1998	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências
Lei Federal 7802/1989	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
Resolução ANTAQ 3274/2014	Vigilância Sanitária e Saúde	Aprova a norma que dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas.
Resolução ANVISA 52/2009	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.
Resolução ANVISA 56/2008	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados.
Resolução ANVISA 72/2009	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.
Resolução ANVISA 216/2004	Vigilância Sanitária e Saúde	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
Decreto Estadual 42838/1998	Fauna	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Lei Estadual 11977/2005	Fauna	Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.
Resolução SMA 073/2008	Fauna	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica, no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Resolução SMA 025/2010	Fauna	Estabelece os critérios da gestão de fauna silvestre, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.
Decreto 56031/2010	Fauna	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobrexplotadas, Ameaçadas de Sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas

Decreto Estadual 56.031/2010	Fauna	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobrexplotadas, Ameaçadas de Sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto Estadual 60.133/2014	Fauna	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as deficientes de dados para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Resolução SMA 92/2014	Fauna	Define as autorizações para manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo, e implanta o Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU. (Revoga a Resolução SMA nº 25 de 30/03/10).
Resolução SMA 93/2014	Fauna	Institui o Sistema Estadual de Rastreabilidade de Animais Silvestres.
Resolução SMA 94/2014	Fauna	Dispõe sobre o cadastramento dos empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo.
Resolução SMA 026/2016	Fauna	Cria Grupo de Trabalho para elaborar proposta de instrumento normativo que instituirá a Política de Fauna Silvestre para o Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Lei Federal 5197/1967	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Portaria IBAMA 1522/1989	Fauna	Dispõe sobre a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
Portaria IBAMA 181/2001	Fauna	Delega competência aos Gerentes Executivos dos órgãos descentralizados, ouvida a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, para licenciar os projetos do Programa Nacional de Manejo e Proteção de Vida Silvestre.
Instrução Normativa MMA 03/2003	Fauna	Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (considerando apenas os seguintes grupos de animais: anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis)
Instrução Normativa MMA 05/2004	Fauna	Lista Oficial das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção e Sobrexplotados ou Ameaçados de Sobrexplotação
Instrução Normativa MMA 52/2005	Fauna	Altera os anexos I e II da Instrução Normativa MMA nº 05, de 21 de maio de 2004
Instrução Normativa IBAMA 141/2006	Fauna	Regulamenta o manejo e controle ambiental da fauna sinantrópica nociva.
Instrução Normativa IBAMA 109/2006	Fauna	Dispõe que o controle da fauna sinantrópica nociva e de seu manejo ambiental serão regulamentados por esta Instrução Normativa.
Instrução Normativa IBAMA 146/2007	Fauna	Estabelecer os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei 6938/81 e pelas Resoluções Conama 001/86 e 237/97.
Instrução Normativa IBAMA 146/2007	Fauna	Considerando a necessidade de estabelecer critérios e padronizar os procedimentos relativos à fauna no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causam impactos sobre a fauna silvestre.
Lei Federal 11794/2008	Fauna	Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.
Portaria do MMA 236/2008	Fauna	Reestrutura o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO para a aprovação prévia da realização das seguintes atividades científicas ou didáticas: coleta de material biológico; captura ou marcação de animais silvestres in situ; manutenção temporária de espécimes de fauna silvestre em cativeiro; transporte de material biológico; e realização de pesquisa em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea.
Instrução Normativa ICMBIO 07/2008	Fauna	As instituições estrangeiras que desejam receber animais pertencentes à lista oficial das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, deverão firmar o Acordo de Empréstimo e Manejo com o ICMBio.
Instrução Normativa IBAMA 179/2008	Fauna	Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.
Instrução Normativa IBAMA 169/2008	Fauna	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.
Lei Federal 11794/2008	Fauna	Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.
Portaria IBAMA 10/2009	Fauna	Considerando que a referida Instrução Normativa fundamenta-se na aplicação dos dispositivos da legislação de tutela à fauna, de acordo com os objetivos e necessidades pertinentes aos procedimentos de licenciamento ambiental.
Instrução Normativa FATMA 62/2012	Fauna	Captura, coleta, transporte e destinação de fauna silvestre.
Portaria CFBio 148/2012	Fauna	Regulamenta os procedimentos de captura, contenção, marcação e coleta de animais vertebrados previstos nos Artigos, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CFBio nº 301/2012.
Resolução CFBio 301/2012	Fauna	Dispõe sobre os procedimentos de captura, contenção, marcação, soltura e coleta de animais vertebrados in situ e ex situ, e dá outras providências.
Instrução Normativa ICMBIO 22/2012	Fauna	Estabelece os procedimentos para os Programas de Cativeiro de Espécies Ameaçadas.
Instrução Normativa ICMBIO 23/2012	Fauna	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira.
Instrução Normativa IBAMA 13/2013	Fauna	Estabelecer procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.
Instrução Normativa ICMBio 34/2013	Fauna	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira.
Instrução Normativa 02/2015	Fauna	Disciplina casos que envolvam espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção.
Lei Municipal 2413/2006	Fauna	Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal para proteção à vida animal, e dá outras providências.
Lei Municipal 3638/2008	Fauna	Cria o projeto empresa amiga da flora e da fauna no município de guarujá e dá outras providências
Lei complementar Municipal 817/2013	Fauna	Dispõe sobre o controle ambiental no município de Santos, as respectivas infrações e sanções administrativas e dá outras providências
Lei Municipal 4060/2013	Fauna	Cria o fundo municipal de proteção e bem-estar animal e dá outras providências.
Decreto Estadual 25.341/1986	Flora	Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.
Lei Estadual-10019/1998	Flora	Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências
Lei Estadual 9.989/1998	Flora	Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.
Resolução SMA-20/1998	Flora	Lista as espécies da vegetação do Estado de São Paulo ameaçadas de extinção.
Lei Estadual 10.780/2001	Flora	Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.
Decreto Estadual 46.113/2001	Flora	Aprova o Projeto Produção de Mudas de Plantas Nativas - Espécies Arbóreas para Recomposição Vegetal, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas.
Resolução SMA 16/2001	Flora	Institui o "compromisso de compensação ambiental" no âmbito do órgão central e dos órgãos executores do Sistema de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA, e dá providências correlatas.
Portaria MMA-489/2001	Flora	O MINISTRO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, alterada pela Medida Provisória n.º 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e no Art. 24 do Decreto 3.607, de 21 de setembro de 2000, que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção - CITES.
DEPRN 05/2002	Flora	Define o valor e o modo pelo qual se fará a compensação ambiental para os casos de supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas.

Portaria Intersecretarial_S MMA_SIS-5/2002	Flora	Estabelecer orientação técnica para projeto e implantação de arborização em vias e áreas livres públicas no Município de São Paulo.
Resolução CONAMA-47/2003	Flora	Altera e amplia a Resolução SMA 21, de 21/11/2001; Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
Resolução SMA-54/2004	Flora	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente
Resolução SMA-4/2004	Flora	Listagem das espécies arbóreas e indicação de sua ocorrência natural nos biomas / ecossistemas e regiões ecológicas do Estado de São Paulo.
Resolução SMA-48/2004	Flora	Lista elaborada conforme critérios da IUCN, modificados e adaptados para flora paulista.
Instrução Normativa MMA-8/2004	Flora	O plantio e condução de espécies florestais, nativas ou exóticas, com a finalidade de produção e corte, em áreas de cultivo agrícola e pecuária, alteradas, subutilizadas ou abandonadas, localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.
Resolução SMA-56/2006	Flora	Estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.
Resolução SMA-58/2006	Flora	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
Lei Estadual-12293/2006	Flora	Altera a Disposição Transitória da Lei nº 11.754, de 1º de julho de 2004, que dispõe sobre a industrialização e a comercialização de produtos que especifica.
Resolução Estadual DP da CODESP 95/2006	Flora	Proíbe a poda, o corte, a remoção ou supressão de qualquer vegetação considerada espécie nativa, ornamental, arbustiva ou arbórea, sem prévia autorização, nas áreas do porto organizado de Santos.
Resolução SMA-18/2007	Flora	Disciplina procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
Resolução SMA-08/2008	Flora	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas
Resolução SMA-85/2008	Flora	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo
Resolução SMA-44/2008	Flora	Define critérios e procedimentos para a implantação de Sistemas Agroflorestais.
Resolução SMA-13/2008	Flora	Dispõe sobre a concessão de autorização para a supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público.
Lei Estadual SMA 14/2008	Flora	Dispõe sobre os procedimentos para supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana.
Decreto 52.762/2008	Flora	Regulamenta a Lei nº 10.780, de 9 de março de 2001, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Resolução SMA 15/2008	Flora	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para concessão de autorização para supressão de vegetação nativa considerando as áreas prioritárias para incremento da conectividade.
Resolução SMA 30/2008	Flora	Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Resolução SMA 14, de 13 de março de 2008.
Decreto 53.047/2008	Flora	Cria o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira - CADMADEIRA e estabelece procedimentos na aquisição de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa pelo Governo do Estado de São Paulo.
Resolução SMA-30/2009	Flora	Estabelece orientação para projetos voluntários de reflorestamento para compensação de emissões de gases de efeito estufa
Resolução SMA - 86/2009	Flora	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo.
Decreto Estadual 53.939/2009	Flora	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Portaria MMA-51/2009	Flora	Definir as seguintes espécies arbóreas pioneiras nativas, para efeito do disposto no art. 28 da Lei nº 11.428, de 2006, e no art. 35, § 2º, do Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008.
Resolução SMA-31/2009	Flora	Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana
Lei Estadual 13.550/2009	Flora	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.
Resolução Conjunto SMA-PGE 1/2011	Flora	Regula procedimento visando à execução de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA's firmados em datas anteriores a 7 de agosto de 2009, como condição para expedição de autorização de supressão de vegetação e intervenção em áreas ambientalmente protegidas.
Resolução SMA 10/2012	Flora	Define os procedimentos para destinação dos valores referentes à compensação ambiental no Estado de São Paulo definidos nos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCAs firmados pela CETESB.
Lei Complementar 748/2012	Flora	INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, CONFORME PRECONIZAM O ARTIGO 166 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS E O ARTIGO 28 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 311, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Lei complementar 764/2012	Flora	Fica instituído o selo empresa amiga do meio ambiente do município de Santos.
Portaria 130/2013	Flora	CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos para a análise dos pedidos de manejo de espécies arbóreas, palmeiras e coqueiros, e de outras intervenções para efeito de parcelamento do solo ou de edificações de qualquer natureza, no âmbito das competências da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, definindo as respectivas medidas compensatórias e mitigadoras.
DD CETESB-287.2013.V.C./2013	Flora	Dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
Resolução SMA-84/2013	Flora	Dispõe sobre a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
Decreto 6.371/2013	Flora	Aprova o regimento interno do Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Preservação e recuperação do Meio Ambiente.
Decreto 59.968/2013	Flora	Regulamenta a Lei nº 11.878, de 19 de janeiro de 2005, institui o "Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo - Município VerdeAzul" e dá providências correlatas
Resolução SMA-14/2014	Flora	Estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.
Resolução SMA-32/2014	Flora	Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
Decreto 60070/2014	Flora	Regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental - CCA e dá providências correlatas.
Decreto 60.919/2014	Flora	Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 60.070, de 15 de janeiro de 2014, que regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
Resolução SMA 44/2014	Flora	Designa os membros e o Secretário Executivo da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
Resolução SMA 61/2014	Flora	Fixa procedimento para celebração dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, e aprova os respectivos modelos, bem como os modelos dos Termos de Quitação Parcial e Definitivo de Compensação Ambiental, conforme estabelecido pelo Decreto nº 60.070, de 15 de janeiro de 2014.
Resolução SMA 98/2014	Flora	Aprova o Regimento Interno da Câmara de Compensação Ambiental, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Resolução SMA 35/2015	Flora	Designa os membros e o Secretário Executivo da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
Portaria SMA-1/2015	Flora	Estabelece o Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica.
Portaria IBAMA-37/1992	Flora	Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que se apresenta.
Resolução CONAMA-10/1993	Flora	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.
Resolução CONAMA-01/1994	Flora	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução SMA_IBAMA-2/1994	Flora	Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA-7/1996	Flora	Aprova os parâmetros básicos para análise da vegetação de restinga no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA 278/2001	Flora	Dispõe sobre o corte e a exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA-278/2001	Flora	Dispõe sobre a suspensão de autorizações concedidas de corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção na mata atlântica.
Resolução CONAMA 317/2002	Flora	Regulamenta a Resolução no 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA 300/2002	Flora	Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001.
Resolução CONAMA 339	Flora	Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências.
Lei Federal 11428/2006	Flora	Lei da Mata Atlântica: Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências
Resolução CONAMA 371/2006	Flora	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.
Instrução Normativa 6/2006	Flora	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal.
Decreto Federal 5975/2006	Flora	Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
Lei Federal 11.428/2006	Flora	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 379/2006	Flora	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.
Instrução Normativa 112/2006	Flora	Documento de Origem Florestal - DOF.
Resolução CONAMA-388/2007	Flora	Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4, par. 1 da Lei 11428/2006.
Norma de Execução-3/2007	Flora	Disciplina os procedimentos para exploração de florestas plantadas oriundas dos incentivos fiscais e aquelas comprometidas com a Reposição Florestal Obrigatória.
Norma de Execução IBAMA Nº 4/2007	Flora	Altera o item 3.4.4 do Anexo I e o item 3.4.5 do Anexo II, da Norma de Execução Nº 01, de 24 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2007.
Resolução 2/2007	Flora	Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, define os tipos de vegetação e as formações de cobertura florestal, para fins de identificação das florestas públicas federais, e dá outras providências.
Decreto 6660/2008	Flora	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Instrução Normativa 6/2008	Flora	Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.
Resolução IBAMA_SMA_IAP-007/2008	Flora	Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas.
Instrução Normativa 1/2009	Flora	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.
Decreto Federal 6.660/2008	Flora	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto 6848/2009	Flora	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Resolução CONAMA-417/2009	Flora	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências
Decreto 6.848/2009	Flora	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 4340 de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Resolução CONAMA-417/2009	Flora	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA-6/2009	Flora	Dispõe sobre a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação - ASV e as respectivas Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal - AUMPF nos empreendimentos licenciados pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA que envolvam supressão de vegetação.
Portaria MMA 425 /2009	Flora	Institui a Comissão Ministerial – CONAFOGO – para analisar e propor, no prazo máximo de 90 dias, a implantação do Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais – PRONAFOGO, considerando a conjugação de fatores climáticos que facilitam a eclosão e rápida propagação de incêndios florestais e, considerando a imperiosa necessidade da conjugação de esforços do MMA, IBAMA, do SFB e do ICMBio, visando à prevenção e o combate de queimadas e incêndios florestais.
Resolução CONAMA 406/2009	Flora	Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no Bioma Amazônia.
Instrução Normativa MMA 5/2009	Flora	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Instrução Normativa 4/2009	Flora	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável, e dá outras providências.
Instrução Normativa 3/2009	Flora	Isenta a apresentação de projeto e vistoria técnica para o plantio e condução de espécies florestais, nativas ou exóticas, com a finalidade de produção e corte em áreas de cultivo agrícola e pecuária alteradas, subutilizadas ou abandonadas, localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Resolução CONAMA 423/2010	Flora	Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica.
Instrução Normativa IBAMA-4/2011	Flora	Recuperação de áreas degradadas
Resolução CONAMA-429/2011	Flora	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das APP
Instrução Normativa IBAMA-05/2011	Flora	Orientações para a apresentação dos estudos e documentos necessários à instrução processual para solicitar a anuência.
Instrução Normativa_Polícia Federal Especializada	Flora	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369 DE 2006 E O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 12.651 DE 2012)
Instrução normativa 11/2013	Flora	Altera a Instrução Normativa nº 08/2011, que regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento para a Compensação Ambiental.
Instrução normativa 10/2014	Flora	Regula os procedimentos administrativos para aceitação de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências (processo 02070.000426/2014-79).
Instrução Normativa 22/2014	Flora	Estabelecer critérios e procedimentos para solicitação, análise e concessão de anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica, nos termos do Art.19 do Decreto nº 6.660, de 2008.
Portaria 43/2014	Flora	Estabelece objetivos e as metas estabelecidas pela Estratégia Global para a Conservação de Plantas.
Instrução Normativa 9/2015	Flora	Dispõe sobre os procedimentos para autorizar o aproveitamento de matéria-prima florestal, sob a forma de toras, toretes e lenha, proveniente das árvores abatidas para a implantação da infraestrutura, bem como o aproveitamento dos resíduos da exploração florestal das árvores autorizadas para corte em áreas sob regime de manejo florestal sustentável, em empreendimentos licenciados, ambientalmente, pelo Ibama.
Lei Municipal 614/1962	Flora	cria o Conselho Florestal Municipal.
Lei Municipal-10365/1987	Flora	Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências.
Decreto Municipal-26535/1988	Flora	Regulamenta a lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências.
Lei Ordinária Municipal-10919/1990	Flora	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o executivo municipal dar publicidade a poda e corte de árvores.
Lei Municipal Complementar-161/2004	Flora	Dispõe sobre a arborização urbana e as áreas verdes do perímetro urbano do município, institui o plano de arborização urbana - plu e dá outras providências.
Lei Complementar Municipal-541/2005	Flora	Dá nova redação aos artigos 284 e 287, da lei nº 3.529, de 16 de abril de 1968 - Plano diretor físico do município de Santos.
Portaria SVMA.G-9/2005	Flora	Dos procedimentos para requerimento de autorização para remoção de vegetação.
Portaria SVMA-154/2009	Flora	Disciplina as medidas visando à erradicação e ao controle de espécies vegetais exóticas invasoras no Plano de Manejo e institui a Lista de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.
Lei Municipal-719/2011	Flora	ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 229, DA LEI Nº 3.531, DE 16 DE ABRIL DE 1968, CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SANTOS.
Lei Municipal Complementar-719/2011	Flora	Altera a redação do artigo 229, da lei nº 3.531 de 16 de abril de 1968, código de posturas do Município de Santos.
Decreto 6234/2012	Flora	Disciplina a aplicação das medidas compensatórias dispostas no artigo 48, da lei complementar nº 729, de 11 de julho de 2011, que disciplina o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área continental do município, dá nova disciplina à área de proteção ambiental - APA, e dá outras providências.
Decreto 11.371/2014	Flora	"PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DA COMISSÃO PARA ESTUDO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA - PMMA DE GUARUJÁ, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 11.141, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Decreto 11.435/2015	Flora	ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 11.141, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, PRORROGADO PELO DECRETO Nº 11.371, DE 01 DE ABRIL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Decreto 11.141/2015	Flora	"INSTITUI A COMISSÃO PARA ESTUDO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA - PMMA DE GUARUJÁ, NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Resolução CODESP-95.2006/2006	Flora	Proíbe a poda, o corte, a remoção ou supressão de qualquer vegetação considerada espécie nativa, ornamental, arbustiva ou arbórea, sem prévia autorização, nas áreas do porto organizado de Santos.
Resolução SMA-32/1998	Unidades de conservação	Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado.
Lei Estadual 10.111/1998	Unidades de conservação	Declara "Área de Proteção Ambiental - APA" o Sistema Cantareira.
Lei Estadual 11.262/2002	Unidades de conservação	Declaram Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos.
Decreto 48.149/2003	Unidades de conservação	Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto Estadual 49566/2005	Unidades de conservação	Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal
Decreto 49.672/2005	Unidades de conservação	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas.
Decreto Estadual 51.150/2006	Unidades de conservação	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de São Paulo, institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá providências correlatas.
Decreto 51.246/2006	Unidades de conservação	Estabelece procedimentos para a instituição de Área de Relevante Interesse Ecológico - ÁRIE no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Portaria Normativa FF/DE 37/2007	Unidades de conservação	Estabelece procedimentos para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs Estaduais.
Decreto 53.146/2008	Unidades de conservação	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Lei 12.927/2008	Unidades de conservação	Dispõe sobre a recomposição de reserva legal, no âmbito do Estado de São Paulo.
Resolução SEMA-19/2010	Unidades de conservação	Estabelece normas e procedimentos para a proteção e utilização do Palmito, Euterpe edulis, no Estado do Paraná
Resolução SMA 89/2013	Unidades de conservação	Institui as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.
Decreto Estadual 60.302/2014	Unidades de conservação	O decreto dispõe sobre Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP, que é um instrumento de planejamento, integração e publicidade das ações do poder público que visa assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
Decreto nº 60.302/2014	Unidades de conservação	Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá providências correlatas.



Resolução SMA 17/2016	Unidades de conservação	Cria a Comissão encarregada da criação e implantação das áreas protegidas do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
Lei Federal 4771/1965	Unidades de conservação	Institui o Código Florestal (Antigo Código Florestal)
Resolução CONAMA 11/1984	Unidades de conservação	Dispõe sobre a execução de procedimentos administrativos visando a implantação das Áreas de Relevante Interesse Ecológico - Mata de Santa Genebra/SP, Ilha do Pinheirinho/PR, Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande/SP e Ilha do Ameixal/SP.
Resolução CONAMA 11/1987	Unidades de conservação	Dispõe sobre a declaração, como Unidades de Conservação, de várias categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural.
Resolução CONAMA 11/1988	Unidades de conservação	Dispõe sobre as queimadas de manejo nas Unidades de Conservação.
Resolução CONAMA 10/1988	Unidades de conservação	Dispõe sobre a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental-APAs.
Resolução CONAMA 12/1989	Unidades de conservação	Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afetem o ecossistema.
Decreto Federal 99274/1990	Unidades de conservação	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Resolução CONAMA-13/1990	Unidades de conservação	Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação.
Resolução CONAMA 13/1990	Unidades de conservação	Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação.
Resolução CONAMA 11/1990	Unidades de conservação	Dispõe sobre a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA 2/1996	Unidades de conservação	Dispõe sobre a implantação de Unidades de Conservação como critério compensatório para reparação de danos ambientais.
Resolução CONAMA 9/1996	Unidades de conservação	Definição de "corredor de vegetação entre remanescentes" como área de trânsito para a fauna.
Resolução CONAMA 7/1996	Unidades de conservação	Aprova os parâmetros básicos para análise da vegetação de restinga no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA 3/1996	Unidades de conservação	Definição de vegetação remanescente de Mata Atlântica, com vistas à aplicação de Decreto no 750, de 10 de fevereiro de 1993.
Resolução CONAMA 249/1999	Unidades de conservação	Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.
Lei Federal 9985/2000	Unidades de conservação	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Decreto Federal 4340/2002	Unidades de conservação	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Resolução CONAMA 303/2002	Unidades de conservação	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução CONAMA 302/2002	Unidades de conservação	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
Decreto 5.092/2004	Unidades de conservação	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA-369/2006	Unidades de conservação	Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP.
Portaria 150/2006	Unidades de conservação	Art. 1º Criar o Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo as seguintes unidades de conservação e suas zonas de amortecimento localizadas no litoral sul do Estado de São Paulo e no litoral do Estado do Paraná.
Portaria 350/2006	Unidades de conservação	Reconhecer como mosaico de unidades de conservação a Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense.
Portaria 351/2006	Unidades de conservação	Reconhecer como mosaico de unidades de conservação a região da Serra da Mantiqueira, o Mosaico Mantiqueira.
Resolução CONAMA 371/2006	Unidades de conservação	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos decorrentes advindos de compensação ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.
Resolução CONAMA 369/2006	Unidades de conservação	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Decreto 5758/2006	Unidades de conservação	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos estratégicos, e dá outras providências.
Instrução Normativa ICM-8/2008	Unidades de conservação	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.
Instrução Normativa ICMBIO 8/2008	Unidades de conservação	Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.
Instrução Normativa 05/2009	Unidades de conservação	Estabelecer procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.
Instrução Normativa ICMBIO 7/2009	Unidades de conservação	Regulamenta os procedimentos para a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, prevista no art. 21 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Decreto Federal 6.848/2009	Unidades de conservação	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Portaria ICMBIO 309/2009	Unidades de conservação	Estabelece procedimentos e prazos para condução dos processos de regularização de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação) em andamento, determinando que todos os servidores titulares de delegações de competência que versem sobre aquisição de terras, indenização de benfeitorias, consolidação de limites ou qualquer outra ação relacionada à regularização fundiária de Unidades de Conservação Federais permaneçam na condução dos processos, por um prazo máximo de 90 (noventa) dias, devendo, ao final apresentar relatório de atividades.
Resolução MMA_CONAMA-428/2010	Unidades de conservação	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Portaria 482/2010	Unidades de conservação	A MINISTRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e considerando a necessidade de definir o procedimento para reconhecimento de mosaicos, previsto no art. 26 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.
Portaria 481/2010	Unidades de conservação	Reconhecer o Mosaico Mico-Leão-Dourado, abrangendo as seguintes áreas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria 483/2010	Unidades de conservação	Reconhecer o Mosaico do Baixo Rio Negro, abrangendo as seguintes unidades de conservação e respectivas zonas de amortecimento, localizadas no Estado do Amazonas.
Resolução CONAMA 425/2010	Unidades de conservação	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

Resolução CONAMA 428/2010	Unidades de conservação	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Portaria 349/2011	Unidades de conservação	Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Bocaina, o Mosaico Bocaina, abrangendo as seguintes unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, localizadas no Vale do Paraíba do Sul, litoral do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA 429/2011	Unidades de conservação	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.
Lei Federal 12651/2012	Unidades de conservação	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Novo Código Florestal)
Lei Federal 12727/2012	Unidades de conservação	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.
Portaria Normativa FF/DE 0172 /2012	Unidades de conservação	Dispõe sobre os procedimentos de controle, exercício da fiscalização ambiental e imposição de penalidades aos infratores nas unidades de conservação e dá outras providências.
Resolução SMA 85/ 2012	Unidades de conservação	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização dos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, de que trata o § 3º, do artigo 36, da Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e dá providências correlatas.
Portaria Normativa FF/DE-174 /2012	Unidades de conservação	Estabelece os procedimentos para acompanhamento e execução de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCAs), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Convênios, Acordos Judiciais e demais instrumentos, decorrentes de danos ambientais que visam destinar recursos financeiros para as Unidades de Conservação sob a gestão da Fundação Florestal.
Lei complementar 54/1992	Unidades de conservação	DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA - SANTOS CONTINENTE -DISTRITO SEDE E DE BERTIOGA, INSTITUI SEU ZONEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Lei complementar 359/1999	Unidades de conservação	Disciplina o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área continental do Município, institui a Área de Proteção Ambiental - APA, e dá outras providências.
Lei complementar 729/2011	Unidades de conservação	DISCIPLINA O ORDENAMENTO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA ÁREA CONTINENTAL DO MUNICÍPIO, DÁ NOVA DISCIPLINA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Decreto 9948/2012	Unidades de conservação	" <b>CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DA SERRA DO GUARARU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b> "
Portaria CBRN 4/1999	Licenciamento Ambiental	Estabelece prazo para a entrega do material de publicidade exigido no licenciamento ambiental através de RAP e EIA/RIMA e dá providências correlatas.
Resolução SMA 5/2001	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre a aplicação e o licenciamento ambiental das fontes de poluição que se refere a Resolução n. 273, de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Decreto 47.400/2002	Licenciamento Ambiental	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos de licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
Resolução SMA 41/2002	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental de aterros de resíduos inertes e da construção civil no Estado de São Paulo.
Decisão de diretoria 80/2004	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre o parcelamento de valores correspondentes a multas, a concessão de licenças ambientais, e a despesas realizadas para a mitigação de danos ambientais decorrentes de acidentes e dá outras providências.
Decreto 48.919/2004	Licenciamento Ambiental	Dá nova redação ao artigo 11 do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos de licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
Decisão de diretoria 201/2004	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre as condições para o licenciamento ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo e dá outras providências (Processo nº C-702-2004).
Resolução SMA 54/2004	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA 22/2007	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre execução do Projeto Ambiental "Licenciamento Ambiental Unificado", que visa integrar e unificar o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo, que altera procedimentos para o licenciamento das atividades que específica e dá outras providências.
Portaria CPRN 1/2008	Licenciamento Ambiental	Estabelece procedimentos para a integração do licenciamento ambiental do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais e do Departamento de Uso do Solo Metropolitano, na Região Metropolitana de São Paulo.
Resolução SMA 12/2009	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo e sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do SEAQUA e dá outras providências.
Resolução SMA 22/2010	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental.
Resolução SMA 56/2010	Licenciamento Ambiental	Altera procedimentos para o licenciamento das atividades que específica e dá outras providências.
Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC 01/2011	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo.
Resolução SMA 102/2012	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre dispensa de licenciamento ambiental para as atividades de compostagem e vermicompostagem em instalações de pequeno porte, sob condições determinadas.
Decisão de diretoria 25/2014	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre a disciplina para o licenciamento ambiental das atividades minerárias no território do Estado de São Paulo.
Decisão de diretoria 153/2014	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre os Procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no Âmbito da CETESB, e dá outras providências.
Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014	Licenciamento Ambiental	Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, nos termos do Art.9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar Federal 140/2011.
Resolução SMA 49/2014	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.
Resolução SMA 34 /2003	Licenciamento Ambiental	"Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, e dá providências correlatas."
Instrução Normativa 04/2009	Licenciamento Ambiental	Estabelecer procedimentos administrativos para autorização de atividades condicionadas ao controle do poder público e não sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA nº 237/97 e de atividades cuja autorização seja exigida por normas específicas

Decreto-Lei 25/1937	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Lei 3924/1961	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional
Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV)	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Considera os sítios arqueológicos e históricos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216
Portaria SPHAN/MinC n. 07, de 01.12.1988	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico e histórico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos
Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 17.12.2002	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Define o escopo e resultados esperados dos estudos a serem realizados nas diferentes fases de licenciamento ambiental, no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro
Resolução SMA/SP – 34, de 27/08/03	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental
Decreto no 3.551, de 04.08.00	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Criou um registro de bens culturais de natureza imaterial.
Lei 7.542/86 (modificada pela Lei 10.166/2000)	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Dispõe sobre os bens culturais subaquáticos.
Lei Municipal n. 753, de 08.07.1991	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Dispõe sobre o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (CONDEPASA)
Lei Municipal n. 1594, de 26.05.1997	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	Altera a lei n. 753 e dá outras providências.